

# Shell Brasil vai deixar o país se o plenário ratificar nacionalização

Das sucursais do Rio e Brasília

A Shell Brasil vai deixar a atividade de distribuição de combustível no país se a emenda aprovada anteriormente pela Comissão de Sistematização, que determinou a nacionalização das distribuidoras, não for revogada pelo plenário do Congresso constituinte. "A Shell absolutamente não aceita transformar-se em acionista minoritário", afirmou ontem no Rio o vice-presidente da Shell Brasil, Robert Anthony Broughton, 53, que assumirá a presidência dentro de vinte dias.

Broughton disse que a aprovação da emenda "repercutiu mal" no exterior e que seis dirigentes de empresas multinacionais instaladas no Brasil lhe telefonaram ontem para se solidarizarem com a Shell e manifestar sua preocupação com o futuro do capital estrangeiro no país. A tarde, num debate sobre petróleo na Confederação Nacional da Indústria (CNI) —presidida pelo senador Albano Franco (PMDB-SE), que está pagando um anúncio dizendo que votou por engano a favor da emenda— Broughton disse à imprensa que



Robert Broughton, da Shell Brasil

a atividade de prospecção da Petrobrás no Mar do Norte pode ser questionada, se o Brasil impedir que o capital estrangeiro atue na distribuição de combustível.

O vice-presidente da Shell disse que

ficou surpreso com a aprovação da emenda porque o monopólio da distribuição de derivados do petróleo nunca foi considerado importante no país e porque "um assunto de tal gravidade, com repercussão internacional" foi discutido e aprovado pelos parlamentares em poucos minutos.

A Shell Brasil está no país há 74 anos, domina 29% da distribuição de combustíveis, e seu capital é 100% controlado pelo grupo Royal Dutch/Shell, de origem anglo-holandesa.

## Sarney

O presidente José Sarney, através do porta-voz demissionário Frota Neto, advertiu o Congresso constituinte, os partidos políticos e a sociedade em geral de que "deve haver um esforço conjunto para atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. A redução dos investimentos externos no Brasil é grave e preocupante", disse Frota. O presidente lembrou que a poupança interna do país é muito baixa e que o Brasil não pode abrir mão dos capitais estrangeiros.

O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, defendeu ontem no Rio a manutenção das empresas estran-

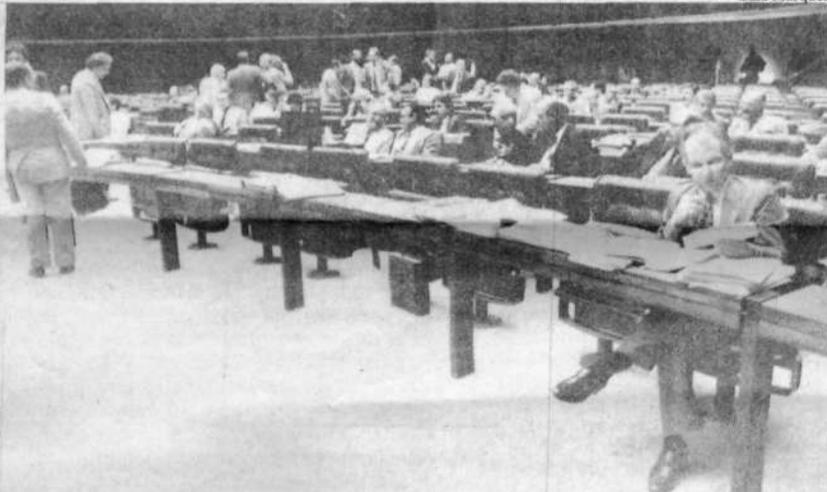
geiras na distribuição dos derivados de petróleo. Disse que tem respeito pelos constituintes mas que não vê nenhuma vantagem para o país em excluir o capital estrangeiro deste mercado. "Elas vem exercendo um trabalho muito bom e para o consumidor é ótimo que haja competição", afirmou, antes de acrescentar que se a emenda for mantida na votação em plenário do Congresso constituinte a Petrobrás Distribuidora tem condição de ampliar sua participação no mercado mas não poderá fazer toda a distribuição. Ela hoje detém 32% do mercado.

## Fiesp

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, afirmou ontem na sede da entidade que "se quisermos que o capital estrangeiro venha colaborar com o desenvolvimento do país, não podemos fazer este tipo de discriminação". Amato disse estar surpreso com a decisão da Comissão e afirmou que é inconcebível que empresas multinacionais que há mais de 75 anos operam no país tenham que se retirar ou sofrer modificações radicais.

# Jáder aprovou votação da reforma agrária

Lula Marques



Da Sucursal de Brasília

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jáder Barbalho, disse ontem que o presidente José Sarney ficou satisfeito com o resultado da votação do capítulo da reforma agrária pela Comissão de Sistematização. O ministro qualificou a decisão de "boa" e disse que o texto constitucional poderá ser melhorado com a inclusão de algumas regras previstas no recente decreto-lei 2.363, que estabelece o limite mínimo das áreas isentas de desapropriação.

O ministro disse que tanto ele quanto o presidente ficaram surpresos com o acordo suprapartidário que vinculou o direito de propriedade ao cumprimento da função social e remeteu para a legislação complementar a definição da imissão na posse. Segundo o ministro foi frustrada a expectativa de radicalização entre os membros da Sistematização.

O diretor da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Francisco Urbano, também qualificou o resultado de "bom", embora a "imissão na posse não

tenha sido definida como pretendíamos". Os trabalhadores propunham que a Constituição assegurasse imissão automática, pela União, nas áreas desapropriadas para a reforma agrária.

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, responsabilizou o senador José Richa (PMDB-PR) pela "derrota" dos proprietários rurais. Segundo ele, a classe foi "traída" depois de ter feito um acordo com o grupo do senador e da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). O assessor do secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Hamilton Pereira, disse que o resultado não apresentou nenhum avanço em relação ao Estatuto da Terra.

A Comissão terminou ontem a votação do capítulo da reforma agrária, aprovando emenda do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) que reconhece o direito de usucapão ao trabalhador que, "não sendo proprietário rural nem urbano" ocupar por cinco anos ininterruptos trecho de terra não superior a cinquenta hectares.

## EMENDAS AVULSAS ESVAZIAM PLENÁRIO

As emendas avulsas (sem acordo de lideranças), apresentadas ao capítulo da Ordem Econômica na sessão da Comissão de Sistematização das 15h40 às 20h de ontem, foram todas prejudicadas por falta de quórum mínimo de 47 votos necessários para

aprovação. Sem as presenças das lideranças, que deixaram o plenário para cuidar de acordos relativos aos próximos capítulos do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), a sessão esvaziou-se e a votação foi prejudicada.